

Cadernos
IHU *ideias*



ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
Ano 17 • n° 281 • vol. 17 • 2019



A Campanha da Legalidade e a
radicalização do PTB na década de 1960.
Reflexos no contexto atual

Mário José Maestri Filho



A Campanha da Legalidade e a radicalização
do PTB na década de 1960.
Reflexos no contexto atual

*The Legality Campaign and the radicalization
of the PTB in the 1960.
Reflections in the current context*

Resumo

Para abordar a tentativa golpista de 1961 e o movimento da Legalidade, o presente artigo analisa sinteticamente a Revolução de 1930, o nacional-desenvolvimentismo getulista, e os governos de Dutra, JK e Jânio Quadros. Aborda a renúncia de Jânio e as condições que permitiram a derrota da tentativa golpista. E realiza rápida aproximação daqueles sucessos e dos dias atuais.

Palavras-chave: Movimento da legalidade; PTB; Revolução de 1930.

Abstract

In order to approach the coup attempt of 1961 and the Legality movement, the present paper summarizes the Revolution of 1930, the national-developmental Getulista, and the governments of Dutra, JK and Jânio Quadros. It addresses the resignation of Jânio and the conditions that allowed the defeat of the coup attempt. And he makes a rapid approach to those successes and the present day.

Keywords: Movement of legality; PTB; Revolution of 1930.

Cadernos
IHU *ideias*

**A Campanha da Legalidade e
a radicalização do PTB
na década de 1960.
Reflexos no contexto atual**

Mário José Maestri Filho

Professor titular da Universidade de Passo Fundo-UPF

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 17 • nº 281 • vol. 17 • 2019

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: Pedro Gilberto Gomes, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Nestor Pilz

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XVII – Nº 281 – V. 17 – 2019

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Rafael Francisco Hiller; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Rafael Francisco Hiller

Imagem da capa: monument-3653153_960_720(pixabay)

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração: Gustavo Guedes Weber

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003)- . . . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- . . .
v.
Quinzenal (durante o ano letivo).
Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.
Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).
ISSN 1679-0316
1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.
CDU 316
1
32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

A CAMPANHA DA LEGALIDADE E A RADICALIZAÇÃO DO PTB NA DÉCADA DE 1960. REFLEXOS NO CONTEXTO ATUAL

Mário José Maestri Filho

Professor titular da Universidade de Passo Fundo-UPF

1. A REVOLUÇÃO DE 1930 E O ESTADO-NAÇÃO

Em 1929, as oligarquias periféricas federaram-se na Aliança Liberal, que apresentou como candidato à presidência do Brasil Getúlio Vargas, ex-ministro das Finanças de Washington Luís, ex-governador do Rio Grande, castilhistas e positivistas. A Aliança Liberal expressou, sobretudo, a mobilização das classes dominantes estaduais periféricas contra o continuísmo da cafeicultura paulista, materializado na candidatura à presidência da República do paulista Júlio Prestes. O governo federal se preocupava com a defesa da cafeicultura e abandonava à sua sorte as demais facções oligárquicas – açúcar, cacau, gado, etc. A derrota eleitoral aliancionista ensejou movimento armado. Vitorioso, ele instalou, em 1930, governo discricionário e iniciou o desmonte da ordem liberal-federativa, de 1889 a, desde então, “República Velha” (1889-1930). Mesmo galvanizando as esperanças de segmentos médios, o movimento de 1930 possuía inicialmente cunho claramente liberal e agrário-exportador. Sob o impulso da grande crise mundial (1929-1933), chegavam ao fim os tempos de valorização relativa dos preços das matérias-primas em curso desde 1914. Em 1930, por primeira vez, a produção industrial – centrada em SP, RJ e no RS e voltada para o mercado interno – ultrapassou a produção rural exportadora, deprimida pela crise mundial.

Como chefe do governo provisório, em 1930, presidente constitucional, em 1934, e ditador, de 1937 a 1945, Getúlio Vargas afastou-se das oligarquias liberais e agrolatifundiárias, dependentes mormente do mercado externo. Passou a interpretar sobretudo os interesses das classes industriais, até então sem representação política específica, impulsionan-

do o processo de industrialização já em curso, apoiado no mercado consumidor interno. Getúlio Vargas era destacado líder positivista rio-grandense, portanto favorável à construção de nação capitalista autônoma. Até então, a produção fabril centrara-se em SP, RJ e menos no RS, a partir de impulsos endógenos. Salvador e Recife conheciam núcleos fabris frágeis. O getulismo subsumiu a economia e a política nacionais em favor do capital mais dinâmico carioca e paulista, ensejando retrocesso relativo ou absoluto dos demais núcleos industriais. O processo de construção da ordem nacional e burguesa deu-se no contexto da exploração semicolonial dos estados periféricos pelo centro em industrialização acelerada.

Já em 1932, a sublevação sustentada sobretudo pelas oligarquias paulistas (federalistas e agrária), mas com ramificações em outros estados, entre eles o RS, defrontou-se militarmente com o poder central – “Revolução Constitucionalista”. A vitória e a reafirmação do getulismo abriram espaço para o processo de centralização, já claro na Constituição de 1934 e exacerbado em 1937. De 1937 a 1945, o “Estado Novo”, de inspiração salazarista e mussoliniana, golpeou a organização federalista brasileira, impulsionando política centralizadora e autoritária que objetivava a formação de mercado nacional, capaz de sustentar a reprodução ampliada do capital industrial do Centro-Sul. Um processo que envolveu toda a nação. A expansão industrial interna exigia e subentendia a formação de Estado-Nação. A derrota da resistência de Flores da Cunha, governador do RS, golpeou a dinâmica industrialista desse estado em favor do Centro-Sul. O varguismo propôs o papel de mero “celeiro do Brasil” ao seu Estado.

Ao priorizar a acumulação industrial no eixo RJ-SP, o projeto getulista submetia-se ao maior dinamismo do processo de centralização e concentração do capital industrial, em curso naquelas regiões. Esse fenômeno determinou a exploração pelo Centro-Sul, mais dinâmico, dos centros de produção mais frágeis, sobretudo Norte e Nordeste. Exigia o fim do federalismo nascido do padrão agroexportador pré-capitalista dominante na República Velha (1889-1930), que sustentara a ordem política oligárquica, nos Estados e na federação. A impulsão de industrialização *nacional* apoiada no *mercado interno* constituiu um primeiro esforço de ruptura com a dependência semicolonial do país, em prol de ordem burguesa nacional tendencialmente autônoma.

1.2. Condições e vontade

A aceleração da industrialização brasileira (RJ-SP) foi facilitada pela crise geral da ordem capitalista. A depressão de 1929-33 ensejara carência internacional de capitais e forte queda das exportações agropastoris

do Brasil, comprometendo sua capacidade de importação. Tais fenômenos determinaram que a produção fabril “nacional” se expandisse para abastecer a demanda interna não satisfeita pelos manufaturados importados. Não se tratou de opção, mas de resposta a uma necessidade. A crise mundial motivara forte confronto anti-imperialista, sobretudo entre os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, por um lado, e a Alemanha e o Japão, por outro, facilitando uma maior autonomia relativa do Estado brasileiro. A seguir, a militarização das indústrias europeia e estadunidense, com a II Guerra Mundial (1939-1945), dificultou o abastecimento do Brasil em manufaturados estrangeiros, mantendo as condições benéficas à produção industrial interna até o fim do conflito. Porém, essa situação dificultou a importação de maquinaria que apoiasse o impulso da indústria no Brasil.

O novo padrão industrial de acumulação de capitais não foi apenas consequência de determinações objetivas gerais. Ele também foi radicalizado por importante resistência política às pressões internacionais. A direção burguesa varguista teve consciência e interpretou a necessidade de proteção da indústria nacional em relação à competição dos produtos estrangeiros, melhores e mais baratos. Superava-se a visão de destino *agrário* do país, dominante no Império e República Velha, e instalava-se a ideia de sua *redenção industrial*. A visão positivista de Getúlio Vargas, da necessidade da autonomia real da nação e da indústria capitalista como destino superior da sociedade, casava-se com as necessidades do capital industrial nacional.

Em um contexto benéfico, a reprodução ampliada do capital industrial conheceu período de acelerada expansão através do processo de “industrialização por substituição de importações”, voltado à satisfação das necessidades do mercado interno. As mercadorias produzidas, em geral de qualidade relativamente rústica, eram copiadas das congêneres importadas ou inventadas. A cópia nacional, imperfeita e mais cara, era a única disponível no mercado. Através de mecanismos fiscais, monetários, cambiais e aduaneiros, o Estado apoiou a expansão industrial, empregando grande parte do excedente nacional, em geral, e agrícola-pastoril, em especial, na construção das infraestruturas e indústrias de base – transportes, energia, siderúrgica, etc. Devido à dimensão dos investimentos que exigiam ou ao longo período de maturação dos capitais, a construção destas infraestruturas e indústrias encontrava-se além da possibilidade e interesse do frágil capital nacional. Não houve inversão de capitais estrangeiros que escasseavam nesse momento no mercado internacional.

Durante o primeiro ciclo varguista, modificaram-se a economia, a sociedade, a cultura e o Estado, consolidando-se a hegemonia da burguesia industrial sobre o país, com o conseqüente deslocamento-submissão das

classes proprietárias rurais. A *modernidade* industrial restringia-se a regiões determinadas do Brasil, com destaque para RJ e SP e, secundariamente, RS e MG. A reprodução do capital se dava de forma incapaz de envolver enormes regiões do país, que eram por ele submetidas às suas necessidades. Alguns autores caracterizam os anos getulistas como a verdadeira “revolução burguesa”. Em *A burguesia brasileira*, Jacob Gonder defende não ter havido “revolução burguesa” em 1930, categoria para ele “inaplicável à história do Brasil”, ocorrendo “dominação burguesa”, após o impulso realizado pela “revolução abolicionista”.

1.3. Estado e capitalismo

Em *Estado e capitalismo*, Octávio Ianni lembra: “Numa época em que as categorias do sistema capitalista se encontram desenvolvidas ou realizadas, inclusive a sua negação socialista, o capitalismo surgido no Brasil precisou contar com um Estado abertamente engajado no processo”. Engajado e atuante (política, econômica e socialmente), devido à fragilidade relativa da própria burguesia em exercer de forma *individual e diretamente* sua hegemonia. O processo de acumulação do capital industrial nacional, em torno, sobretudo, dos capitais investidos no Sudeste, deu-se através da superexploração dos trabalhadores urbanos, de forma direta, e rurais, de forma indireta. Por décadas, os últimos foram mantidos à margem dos direitos trabalhistas limitados conhecidos pelos setores centrais do operariado urbano. Vargas conquistou o apoio dos latifundiários, sobretudo dos ligados à satisfação do consumo interno, negando-se a qualquer reforma do sistema de propriedade monopólica da terra ou expansão ao campo dos direitos trabalhistas da indústria. Não concretizou essa tarefa do programa democrático-burguês. No Sul, o castilhismo-borgismo submeteu as classes pastoris do meridiano rio-grandense, também sem jamais questionar a posse latifundiária da terra e sem propor leis trabalhistas para o campo.

Mesmo nos principais polos industriais, apesar do crescimento da produtividade do trabalho, a expansão do setor secundário não resultou em aumento substantivo de valor dos salários reais médios industriais, que se mantiveram próximos ou mesmo abaixo do nível de subsistência. Porém, a expansão incessante da base da produção industrial determinava maior mobilidade no interior da classe operária entre operários sem especialização, semiespecializados e especializados, permitindo ganhos salariais aos setores mais dinâmicos. A expansão industrial fortaleceu a classe operária em números absolutos, sobretudo em SP e RS, através de migração, das regiões *periféricas* para as *centrais*, do campo para a cidade, fenômeno que assumiria mais tarde caráter multitudinário.

O novo operariado, com baixíssimo nível cultural, chegava de espaços socioeconômicos pré-capitalistas, onde, havia poucas décadas, dominavam a escravidão e formas servis de trabalho. A origem dos neo-operários e o salto social garantido pelo emprego urbano industrial assalariado diluíam tendencialmente a consciência *operária* formada nas décadas anteriores pelo pequeno núcleo de proletários urbanos. Mesmo quando os salários não alcançavam o nível de subsistência de vida urbana, significavam evolução positiva em relação às condições de vida e de remuneração conhecidas no campo. Os níveis de consumo desse operariado de origem rural eram muito baixos. Com o passar dos anos e devido às novas relações de assalariamento, esses segmentos incorporavam as necessidades médias do meio operário mais adiantado a que eram introduzidos.

1.4. *Submissão dos trabalhadores*

A aceleração e consolidação da classe operária *brasileira*, com destaque para o Centro-Sul, deu-se sob o signo do *populismo*, do *getulismo* e do *colaboracionismo pecebista*, e não da independência de classe. Desempenharam importante papel nesse fenômeno: as raízes pré-capitalistas, servis e semisservis recentes do operariado brasileiro; o exército urbano e rural de reserva; a rápida expansão quantitativa absoluta dos assalariados; a migração *campo-cidade*; o controle policial, político e ideológico do operariado, durante e após o Estado Novo (1937-45); o crescimento relativo dos salários; a nova legislação trabalhista para o trabalhador urbano – 48 horas, férias, salário mínimo, aviso prévio; a ausência de um partido com políticas e práticas classistas.

“Nesse momento, surge o *getulismo*, como ideologia das massas em mobilidade, de uma classe operária fortemente impregnada por trabalhadores e vivências de origem rural, não tipicamente capitalistas. [...] o *getulismo* é a ideologia da contenção, da adequação do comportamento político do proletariado às exigências da formação do capitalismo.” Em um sentido mais amplo, o “populismo foi a forma de hegemonia ideológica por meio da qual a burguesia tentou – e obteve em elevado grau – o reconhecimento da classe operária para a construção da nação burguesa”, lembrava Octávio Ianni (1965, p.159). A proposta de que a expansão da produção capitalista fizesse parte do programa operário e de seu necessário apoio a esse processo, sem mediação, foi e segue sendo inculcada nas classes trabalhadoras pelos ideólogos do capital.

Elemento determinante nesse processo foi a inexistência de partido político operário que contribuísse para a organização e facilitasse a resistência classista ao capital. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi fun-

dado em 1922, quando inexistia ainda no país um *operariado nacional*, mas apenas frágeis núcleos proletários regionais, com destaque para o RJ, SP e o RS. Após um crescimento muito limitado e fase obrerista, o PCB foi enquadrado pelas orientações da Internacional Comunista (IC), sob a plena hegemonia estalinista. Já em 1928, Octávio Brandão propunha o apoio ao desenvolvimentismo burguês e a revolução por etapas como política geral do PCB. Em inícios dos anos 1930, o PCB conheceu a etapa ultraesquerdista, seguindo a orientação da Internacional Comunista - “Terceiro Período”.

Sem abandonar a caracterização de país semifeudal e da necessidade de avançar a “revolução burguesa” em aliança com os setores burgueses progressistas, a IC propôs que se abria através do mundo um período revolucionário geral, que colocava na ordem do dia o assalto ao poder e a construção de governo popular e anti-imperialista (ainda não socialista). Em outubro de 1934, em um momento em que o esquerdismo estava sendo abandonado em favor do colaboracionismo (frentes populares), dirigentes comunistas apresentaram à III Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina e do Caribe informes triunfalistas sobre a situação do Brasil. Até Lampião e seus cangaceiros foram propostos como próximos aos comunistas. Então o PCB não alcançava talvez os três mil militantes. Formou-se na IC ideia sobre a real possibilidade de levantes vitoriosos no Brasil.

Em 30 de março de 1935, formou-se a Aliança Nacional Libertadora (ANL), associação *anti-imperialista, antilatifundiária, antifascista* e democrática, em favor de um governo “do povo contra o imperialismo e o feudalismo”, no qual estaria a “burguesia nacional”. Não se tratava da “liquidação da propriedade privada sobre os meios de produção” nem do “controle” das “fábricas e empresas nacionais”. A ANL obteve grande sucesso inicial devido à forte desilusão de múltiplos setores com a Revolução de 1930. Prestes foi nomeado presidente honorário da ANL e os comunistas disputaram a direção do movimento. Em maio, Prestes aderiu à ANL e propôs, sob a influência da IC, a luta por um “governo popular nacional-revolucionário”, que não expropriaria a burguesia. (PRESTES, 2015: 151-72; 1980, 15).

1.5. “*Todo o poder à ANL*”

Em 5 de julho, Prestes propôs, em manifesto, a consigna “todo o poder à ANL”, sob as instruções da IC. Ou seja, chamava ao assalto ao poder sem que houvesse as mais mínimas condições. No dia 11, Vargas manda fechar a ANL, sem maior oposição popular. A ANL tornou-se clandestina e os comunistas assumiram sua direção. Em 23 de novembro, em

Natal, inicia *putsch* apoiado em militares comunistas e de esquerda, compreendido à margem da classe trabalhadora. A aventura causou enorme retrocesso ao movimento de esquerda, operário e popular, reprimido com ferocidade, e facilitou a vitória da ditadura varguista, em 1937, já quase sem oposição. Após aquele fiasco, o PCB empantanou-se no apoio ao *nacional-desenvolvimentismo*, antes, durante e a após a II Guerra, política que manteve o operário sob o domínio político e ideológico da *burguesia industrialista*, proposta como *progressista*. (FREITAS, 1998).

No início do Estado Novo (1937), ainda na clandestinidade, o PCB apoiou o nacional-desenvolvimentismo da ditadura varguista. Ou seja, antes mesmo do ataque da URSS pela Alemanha, em 1941, e, portanto, da imposição expressa da direção estalinista daquela política. Mesmo antes de o Brasil entrar em guerra com o Eixo, em agosto de 1942, dominou no PCB a política de “União Nacional” contra o fascismo, com “apoio ao governo Vargas”, sustida por Prestes, com reticências. Em SP, um pequeno grupo comunista, “Comitê de Ação”, do qual participava Caio Prado Júnior, defendia a “União Nacional” contra a direita externa e interna, ou seja, a ditadura getulista. Quando da reorganização do PCB, na Conferência da Mantiqueira, em agosto de 1943, esse grupo seria deslocado pelos colaboracionistas. (PRESTES, 2015: 232).

Após o conflito mundial, a subjunção dos trabalhadores às classes industriais – política de “apertar os cintos” e “ordem e tranquilidade” – foi mantida até a ilegalização do PCB, em 1947, sendo retomada, sem restrições, quando da volta de Getúlio Vargas ao governo, em 1951. Anita Leocádia Prestes propõe: “Pretendia-se [...] convencer os trabalhadores de que, naquele momento, seria mais importante aliar-se aos patrões para evitar um retrocesso político do que desencadear greves e aguçar conflitos trabalhistas que contribuíssem para tal retrocesso”. Em 26 de novembro de 1945, em Recife, Prestes defendia, em grande comício: “É preferível [...] apertar a barriga, passar fome, do que fazer greve e criar agitações – porque agitações e desordens na etapa histórica que estamos atravessando só interessam ao fascismo”. Em comício popular em SP, em julho de 1945, defendeu que o “proletariado” sofreria “muito menos da exploração capitalista do que da insuficiência do desenvolvimento capitalista”. “Por meio dessa luta prática pelo rendimento maior do trabalho será mais fácil atrair à União Nacional as camadas mais progressistas da burguesia nacional.” Os comunistas acreditavam que com a derrota nazista chegariam ao fim os tempos do imperialismo. (PRESTES, 2015: 258-60, 272).

Durante a longa hegemonia estalinista, o PCB desconheceu a liberdade de debate e de definição de suas orientações, o que dificultava a

formação e a consolidação de movimento autônomo da classe operária. A pressão do desenvolvimentismo – sustido pela política estalinista – sobre os segmentos médios radicalizados e as capas médias e superiores operárias, dificultou a construção de autonomia operária no Brasil. Por outro lado, o prestígio da URSS entre a vanguarda operária foi um importante obstáculo à inserção nas classes trabalhadoras de organizações comunistas de esquerda, com destaque para os adeptos da Oposição de Esquerda e da IV Internacional, que se mantiveram como pequenos grupos ideológicos.

Com a aproximação da vitória sobre o nazifascismo, as pressões pela *democratização* – apoiadas pelo imperialismo estadunidense – obrigaram Vargas a anunciar eleições presidenciais. Em 18 de abril de 1945, foram anistiadas centenas de presos políticos, entre eles, Prestes, que tivera sua companheira e mãe de sua filha, Olga Benário, militante comunista alemã, entregue pela polícia getulista ao nazismo. Ainda preso, Prestes defendia a política de “União Nacional” e apoiava publicamente Getúlio. Em comício em 1º de maio de 1945, o presidente anunciou que sua missão estava concluída e apoiou a candidatura do seu ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, candidato pró-estadunidense e pró-liberal. Em 28 de maio, fixou as eleições para 2 de dezembro de 1945.

Nesse tenso contexto, formou-se movimento para realização de Constituinte antes das eleições presidenciais e pela reeleição de Vargas – *Queremismo*. O ditador assegurou que não participaria das eleições e, em junho, assinou lei “antitruste”, de cunho nacionalista, aprofundando a oposição estadunidense. Em julho de 1945, em nome do PCB, Prestes subscreveu com o PTB pacto em prol da Constituinte com Getúlio Vargas. Anteriormente, o governo reatara as relações diplomáticas do Brasil com a URSS. Nesse contexto, o PCB consolidou sua submissão geral de fato ao getulismo, como representante da *burguesia desenvolvimentista nacional*.

Anita Leocádia Prestes propõe, ao avaliar a política do PCB nessa nova conjuntura, que ele se transformou “num partido *nacional-libertador*, sob influência das ideias nacionalistas presentes na sociedade brasileira – um partido progressista em que, entretanto, o conflito entre trabalho e capital ficaria relegado a um segundo plano”. O objetivo do PCB era a defesa da “soberania nacional, entendida como fruto do desenvolvimento de um capitalismo autônomo no Brasil”. No frígido dos ovos, o PCB passou a lutar pelo desenvolvimento de economia e de ordem burguesa *nacional* no Brasil. (PRESTES, 2005: 242; MORAES: 1996, 184-91).

2. DUTRA E O SEGUNDO GOVERNO VARGAS

Em 29 outubro de 1945, Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, o novo e o velho ministros da Guerra, comandaram pronunciamento militar contra Vargas que, defenestrado da presidência, partiu para o autotxílio em sua fazenda no município de São Borja, no Rio Grande do Sul. No desenvolvimento do golpe, os comunistas foram reprimidos. O movimento expressava sobretudo o capital estadunidense, interessado em penetrar as fronteiras nacionais em profundidade; o frágil capital bancário e financeiro nacional, ainda submetido aos interesses industrialistas; os segmentos agrícolas exportadores, desinteressados no mercado interno. Após o golpe, assumiu o presidente do Supremo Tribunal Federal, que, reafirmando a orientação conservadora, suspendeu o decreto antitruste e reprimiu duramente o PCB e o movimento sindical. Tratou-se de um pequeno golpe *constitucional*, de claro sentido antipopular, contra a ditadura burguesa desenvolvimentista. O país ingressava em ordem democrático-burguesa conservadora, autoritária, pró-liberal e pró-imperialista. Na legalidade, sob a direção de Prestes, o PCB prosseguiu na política de “frente popular”, de aliança e submissão à direção populista e desenvolvimentista. Em 12 de abril de 1945, no balcão da embaixada estadunidense, no RJ, Prestes fez o elogio de F.D. Roosevelt, apenas falecido.

Com o fim da II Guerra e a vitória da URSS sobre o nazifascismo, crescera o prestígio do PCB entre as classes médias assalariadas e os trabalhadores urbanos. Porém, o PCB seguiu conclamando os trabalhadores a “apertarem o cinto” e, nas eleições presidenciais, seguindo sua orientação de “frente popular” com a *burguesia nacionalista*, apresentou como candidato o engenheiro civil não comunista porto-alegrense Iedo Fiuza (1894-1975), de viés getulista e trabalhista. A candidatura inexpressiva obteve pouco mais de 560 mil votos (10%) e favoreceu a eleição de Dutra, candidato do PSD-PTB, tibiamente apoiado pelo varguismo. Temia-se que a candidatura de Prestes tivesse enorme repercussão e *assustasse* o *aliado* burguês. O PCB tudo fazia para que as classes populares não ultrapassassem o projeto de aliança com os setores *progressistas* da burguesia (União Nacional). O PCB elegeu um senador – Prestes – e catorze deputados para a constituinte. As emendas à nova constituição apresentadas pelos parlamentares comunistas foram praticamente desconsideradas.

Em resposta à política aventureira e não operária do “Terceiro Período”, Herminio Sacchetta, secretário regional do PCB em SP, e Heitor Ferreira Lima, ex-secretário-geral do PCB, comandaram oposição crítica à linha oficial pecebista. Militantes organizados em torno de Hermínio e Hei-

tor Ferreira Lima se aproximaram de Mário Pedrosa, dirigente trotskista, originando, em agosto de 1939, o Partido Socialista Revolucionário (PSR), que jamais teria superado os cem militantes. Com o assassinato de León Trotsky, por um agente estalinista, no México, em 21 de agosto de 1940, e o esfacelamento da oposição de esquerda trotskista durante a II Guerra, o PSR assumiu perfil *grupuscular*. O movimento pela redemocratização do país fora dominado pelas forças pró-imperialistas, pró-liberais e antinacionalistas, organizada em torno da União Democrática Nacional (UDN). Setores da esquerda não comunista envolveram-se de forma acrítica ao movimento conservador, propondo mobilizar-se contra a ditadura getulista. Nas duas décadas seguintes, quando as forças liberal-conservadoras e pró-imperialistas entenderam que o poder não lhes chegaria às mãos pela via democrática, optaram pela via golpista para pôr fim à hegemonia populista-industrialista.

2.1 Era Dutra

O marechal Dutra, ex-ministro da Guerra da ditadura getulista, candidato do PSD, foi eleito em 2 de dezembro de 1945, com 55% dos sufrágios, para a gestão 1946-50. O PSD fora criado à sombra de Getúlio Vargas, destinado a abrigar a burguesia industrial, segmentos médios, estancieiros voltados para o mercado interno. A UDN, ao contrário, era o partido pró-liberal, apoiado pelo imperialismo, pelos banqueiros, pelos fazendeiros exportadores. O PTB, também surgido sob a proteção do ex-ditador, destinava-se a reunir a burocracia sindical, as classes médias e os trabalhadores cooptados pelo colaboracionismo populista.

Em setembro de 1946, com poderes constituintes, o novo congresso aprovou carta magna de cunho liberal e conservador, mas fortemente centralista. Os analfabetos foram proibidos de votar e serem votados. Escrita por “inúmeros senadores e deputados donos de extensas áreas territoriais”, a Carta Magna determinava a “prévia e justa” “indenização em dinheiro” de qualquer desapropriação fundiária ou outra. No mesmo mês, no RJ, fundava-se a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), com forte influência comunista, logo posta na ilegalidade. (MOREL: 2014, 79).

Ex-simpatizante da Alemanha nazista reconvertido ao *americanismo*, Gaspar Dutra empreendeu orientação governamental liberal e pró-imperialista, levando Vargas a romper com o governo, em dezembro de 1946. Dutra conclamou os capitais estrangeiros a investirem no Brasil; expurgou funcionários de esquerda do serviço público; promoveu a ilegalização da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (1946) e do PCB (1947); rompeu relações com a URSS (1947); propôs exploração estadunidense do petróleo brasileiro, etc. A exploração do petróleo por capitais

privados nacionais fora proposta pelo PCB na Constituinte. A orientação econômica liberal motivou retrocesso econômico. Dutra manteve a moeda nacional elevada, facilitando as importações industriais e privilegiando os segmentos bancários; estabeleceu taxa de câmbio flutuante e livre movimentação de capitais. Combateu a inflação com a repressão da produção interna e importação maciça de manufaturados, esgotando as reservas obtidas durante a II Guerra. Seu ministro da Fazenda defendeu o caráter agrário-exportador da economia nacional, tese totalmente ultrapassada pela nova natureza da economia nacional.

Um ano e meio após o início do governo, as reservas brasileiras esgotavam-se, obrigando Dutra a optar por regime cambial que impôs controle das importações, proibição da interação de muitos bens de consumo produzidos ou facilmente produzidos no país. Essa orientação forçada favoreceu a produção interna, já que a moeda nacional valorizada expandia o consumo. O governo terminou no contexto de um forte crescimento econômico. Ele permitiu a entrada no país de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial, recurso utilizado pelo capital estrangeiro para registrar como investimentos a transferência de meios de produção em geral tecnologicamente superados. Mesmo relativamente, cresceu a desnacionalização e a dependência neocolonial da economia brasileira.

2.2 PCB – Do Colaboracionismo ao Colaboracionismo

O PCB emergira do conflito mundial fortalecido pelo prestígio da URSS e do socialismo. No imediato pós-guerra, sob o comando da equipe prestista, obediente à orientação da direção burocrática soviética, mergulhou na colaboração plena com a *burguesia nacional*, em continuação da política de “aliança antifascista” impulsionada durante a guerra. Nesse momento, o capital internacional, já sob a hegemonia dos Estados Unidos, vitoriosa na guerra mundial, abriu confronto direto contra a URSS, na procura da contenção e recuperação dos espaços perdidos pelo capital. Era o início da “Guerra Fria” que opôs, diretamente, a URSS e aliados ao grande capital e, indiretamente, a revolução e a contrarrevolução, o capital e o trabalho, mesmo não havendo correspondência direta entre a *revolução socialista* e o *bloco socialista*.

Em 7 de maio de 1947, a cassação do registro do PCB pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deu-se sem real mobilização em contrário por parte da direção comunista, que seguiu crédula na sua aliança com a *burguesia progressista*. A direção comunista não apenas implementava como acreditava na aliança com a “burguesia nacional”! Em resposta à medida da justiça eleitoral, seguida de forte repressão contra os sindicalistas comunistas e demissão de funcionários públicos suspeitos de per-

tencer ao PCB, a direção comunista passou a exigir as fantasiosas “renúncia de Dutra” e formação de um “governo de confiança nacional”. (PRESTES, 2015: 273).

Ilegalizado por orientação do imperialismo estadunidense, o PCB seguiu a reorientação da URSS. Jacob Gorender definiria a ação da direção pecebista como “extremismo ressentido”, que passou a pregar a “violência revolucionária” e a “luta armada” para impor “um governo democrático e popular” (*Manifesto* de agosto de 1950). O *esquerdismo* invadiu igualmente a esfera sindical, com a proposta de sindicatos revolucionários, à margem dos oficiais, abandonada apenas em 1952, e da política da “greve pela greve”, desconhecendo as condições objetivas e subjetivas para tal. A radicalização incondicional foi inspirada por Moscou, que acreditava em provável confronto militar com o imperialismo. A nova orientação esquerdista sobretudo retórica jamais abandonou a proposta da necessidade de vencer etapa anti-imperialista e antifeudal, realizando assim “revolução democrática em sua forma e burguesa pelo seu conteúdo econômico e social”, antes de propor o programa socialista. Mesmo não se referindo mais à “burguesia progressista” e rejeitando a aliança com “quaisquer setores burgueses”, propunha-se o assalto militar ao poder para entregá-lo aos que, estruturalmente, já o detinham! Anita Leocádia Prestes lembra que a direção comunista não tomava ciência do forte desenvolvimento industrial brasileiro em curso. (GORENDER, 2014: 25; PRESTES, 2015: 287).

2.3 Vargas igual a Dutra

Essa política levou os comunistas à oposição direta ao segundo governo getulista, em 1951, também caracterizado, assim como o anterior, como “governo de traição nacional”, mesmo quando se confrontou com a UDN, com o imperialismo e, parcialmente, com o latifúndio. Chegou-se a propor que Vargas era igual a Dutra. O governo Vargas era “inimigo do povo” e de “traição nacional”, pois preparava... a guerra contra a URSS. Propunha-se que ele fosse derrubado e substituído por aliança entre trabalhadores do campo e da cidade, pequena burguesia, *burguesia nacional*. Prestes propunha que Vargas estivesse a serviço dos estadunidenses. “Somente às vésperas do desenlace” (suicídio) de Vargas “é que Prestes, numa entrevista, tomou posição contra o golpismo em ofensiva”. A correção da política autocida se daria, sem autocrítica, por meio do apoio à candidatura de JK e Jango, em 1955. A direção do PCB seguia na proposta de apoio às forças políticas que interpretariam a “burguesia nacional progressista” e avançariam o industrialismo brasileiro! (GORENDER, 2014: 25; PRESTES, 2015: 295).

A denúncia dos crimes de Stalin, por Krushev, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em fevereiro de 1956, registrou o esforço de pacificação e consolidação da ordem burocrática, com o fim de expurgos que também a atingiam duramente. Após a execução de Beria, em 1953, não mais ocorreriam purgas sangrentas. Prestes comandou modificações na direção do PCB. Rapidamente, afastou os segmentos estalinistas mais duros da Comissão Executiva – Arruda, Amazonas e Grabois. Inspirada na consolidação da política de “coexistência pacífica” da nova orientação da burocracia russa, havia décadas em desenvolvimento, propiciou a redação da “Declaração Política de Março de 1958”. Sem modificar a essência da estratégia comunista anterior – revolução por etapas, etapa capitalista, aliança com a burguesia nacional progressista –, ela proclamou no Brasil a possibilidade e prioridade da “via pacífica para o socialismo”, para alcançar, no caso, um “governo nacionalista e democrático”. “A revolução no Brasil [...] não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática”. (PRESTES, 2015: 317). Tratava-se de rompimento *ontológico* com a visão marxista do Estado burguês, praticado, havia décadas, sem que fosse elevado ao status de teoria. Era desdobração da visão da construção do “socialismo em um só país”, denunciada por Trotsky, que propunha que tal política levaria à destruição da URSS.

A nova direção e a política aprovadas no 5º Congresso do PCB, de agosto de 1960, resultaram na dissidência do segmento estalinista e na formação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O PCdoB insistiu na luta armada, como forma estratégica de conquista do poder, e na revolução por etapas, em aliança com a *burguesia progressista*, contra os propostos escolhos feudais e semifeudais, sem ruptura com as propostas do PCB. Mais tarde, o PCdoB se aproximaria da direção chinesa e abraçaria o maoísmo. A prioridade dos comunistas pelas “reformas de base”, apoiada pela *direita* do partido (Prestes, Giocondo, Alberto Passos Guimarães, Armênio Guedes) e, logo, pela *esquerda* pecebista (Mário Alves, Goreneder, Mariguella, etc.) circunscreveu a proposta de colaboração de classes. Direita e esquerda apenas divergiam quanto ao nível de confiança na aliança antinatural do proletariado e das classes trabalhadoras com a dita burguesia progressista e nacional.

2.4 O segundo Governo Vargas

Em início dos anos 1950, a expansão capitalista e as trocas internacionais processavam-se em contexto diverso do conhecido antes e durante a II Guerra. No contexto do prosseguimento da queda do preço das matérias-primas, o capital imperialista passou a apoiar o processo de acu-

mulação na produção de manufaturados nos países periféricos. Não se exportavam mais apenas mercadorias, mas sobretudo fábricas (capitais). A exploração dava-se, agora, pela extração *sur place* da mais-valia nos países periféricos. Havia que conquistar, *por dentro*, os novos mercados, estendendo a dominação ao *interior* das nações.

Em consonância com o desenvolvimento capitalista mundial, deslocava-se o núcleo do processo de acumulação de capitais no Brasil. Satisfeitas parcialmente as necessidades *limitadas* de bens de consumo, o núcleo central da reprodução e a acumulação de capitais migravam para a esfera dos bens de produção (máquinas), que exigia o investimento de grandes capitais, já realizado no coração do mundo capitalista. Já em 1938, Vargas propusera: “O surto industrial só será lógico, entre nós, quando estivermos habilitados a fabricar, senão todas, (ao menos) a maior parte das máquinas que lhe são indispensáveis”. (IANNI: 1965, 67). Tratava-se de projeto ambicioso de capitalismo nacional, rompendo tendencialmente com a dependência semicolonial, que abarcava as grandes infraestruturas, a indústria de bens de produção e, mais tarde, a indústria de bens de consumo durável e de bens de capitais.

Em 3 de outubro de 1950, Getúlio Vargas elegeu-se com 48,7% dos votos – PSD, PTB e ademarismo (PSB). Ele propunha a continuação-prosseguimento do projeto de industrialização nacional autônoma, apoiado pelo Estado e voltado ao mercado interno. Durante a campanha, enfatizara o desenvolvimentismo nacional e os direitos trabalhistas, decretando a morte da “velha democracia liberal e capitalista”. O brigadeiro Eduardo Gomes, candidato pela segunda vez pela UDN, defendera o fim da lei do salário mínimo. Ele foi fragorosamente derrotado, obtendo 29,7% dos votos, apesar do apoio das classes conservadoras, do imperialismo e de quase toda a imprensa escrita e radiofônica. (SKID-MORE: 1969, 106-7).

No novo cenário, o nacional-desenvolvimentismo necessitava estabelecer e reproduzir, politicamente, a subordinação das classes operárias urbanas à burguesia industrial, garantida, em boa parte, pela força, durante a ditadura. Para tal, o getulismo, fortalecendo e adaptando o projeto e o programa populistas, contou com o apoio *de fato* do PCB, então a única organização política de esquerda com influência entre os trabalhadores urbanos e setores das classes médias não proprietárias. Apesar de definir a segunda administração getulista de “governo de traição nacional”, o PCB, na ilegalidade, seguia propondo a expansão da indústria nacional e do capitalismo e a aliança com a “burguesia progressista”.

2.5 Graves contradições

A segunda administração de Getúlio Vargas deu-se no bojo de graves contradições. A valorização da moeda nacional e a desvalorização tendencial das matérias-primas deprimiam os ganhos das exportações, sobretudo de café, causando forte pressão nas contas externas e exigindo o controle das remessas de lucros e dos dividendos para assegurar a compra sobretudo de tecnologia, equipamentos e trigo. As importações de petróleo pesavam enormemente nas contas públicas. Vargas formou seu governo apoiando-se no PSD, entregando apenas o Ministério do Trabalho ao PTB. Enfatizava a “burguesia nacional” e reservava posição subalterna para as políticas populistas dirigidas para as classes operárias urbanas. Nomeou, como ministro do Exército, um nacionalista que participou da Coluna Prestes e Horácio Lafer, do PSD, como ministro da Fazenda. Como no Estado Novo (1937-45), seu governo expressava os interesses sobretudo do capital industrial do Centro-Sul, no contexto da associação subordinada (política, social e econômica) do operariado urbano industrial. O latifúndio agropastoril, voltado para o mercado interno, apoiava no geral o getulismo e a ampliação da renda nacional.

Nos seus primeiros momentos, o governo Vargas empreendeu orientação nacional-desenvolvimentista moderada, prometendo facilitar os investimentos de capitais estrangeiros, “sobretudo em associação com os nacionais”, se não ferissem os “interesses políticos fundamentais” do país. O ministro da Fazenda anunciou plano quinquenal de investimentos de um bilhão de dólares em transportes, energia e indústria de base, a ser administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) – Plano Lafer. Em inícios dos anos 1950, o Brasil possuía 52 milhões de habitantes. A burguesia industrial, as classes médias e o operariado haviam se fortalecido em relação aos tempos do Estado Novo (1937-45), fortalecendo-se as contradições interclassistas. Decrescia o poder dos barões do café, dos exportadores e dos produtores de alimentos para o mercado interno, organizados parcialmente no PDS e sobretudo na UDN, partido que representava também as forças do imperialismo e do capital financeiro mundial e nacional. (SKIDMORE: 1969, 126, 114).

Sem partidos políticos e organizações de classe, dependentes ideologicamente das classes dominantes urbanas e rurais, as classes médias urbanas, com destaque para as proprietárias, assistiam assustadas e indignadas o novo ativismo sindical e trabalhista que parecia diminuir as distâncias funcionais, econômicas e sociais que as separavam do operariado. Ao peso social objetivo deste último não correspondia igual força subjetiva, ou seja, política. A proibição dos votos dos analfabetos mantinha grande parte da população, sobretudo rural, à margem da vida políti-

ca. A desorganização sindical do mundo rural era quase absoluta. A classe trabalhadora, concentrada sobretudo em SP, RJ e RS, realizara de forma muito limitada e imperfeita a transição de “classe em si” em “classe para si”.

2.6 Retomando e acelerando

Getúlio Vargas acelerou a intervenção do Estado na economia, ampliando as iniciativas que levaram, no Estado Novo, à fundação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1943, e da Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco. Fundou o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste (1952), o BNDE (1952) e a Eletrobrás. Em 1951, estabeleceu o monopólio estatal da exploração e da exportação de minerais radioativos e de petróleo, expressando a vontade de dominar a produção de energia nuclear e dotar o país com a arma atômica. O que foi dificultado pelos Estados Unidos. Getúlio Vargas expressava o projeto de construção de Estado burguês nacional autônomo. O que era inaceitável ao imperialismo. (BANDEIRA: 1989, 38).

As classes trabalhadoras mostravam a vontade de trilhar caminho independente, assumindo a direção e dando novo conteúdo ao projeto getulista modernizador e industrialista avançado por Vargas. Entretanto, este último tinha como pressuposto necessário a submissão dos segmentos populares ao grande caudilho do processo – a burguesia industrial brasileira. Em 1953, a fundação da Petrobras galvanizou a população em uma forte campanha nacionalista, pela autonomia energética e monopólio da exploração dos recursos petrolíferos nacionais. Vargas opôs-se, porém, à nacionalização das refinarias existentes. A Petrobras permitiu restringir a hemorragia de divisas causada pelas importações de petróleo.

A Petrobras satisfazia também as necessidades da *indústria nacional*, centrada no RJ-SP, de combustíveis baratos, produzidos então sobretudo pela Bahia, marginalizada da renda petrolífera. Durante décadas, aquele Estado não recebeu remuneração pelo petróleo que cedia às regiões de maior desenvolvimento. Sob a retórica da construção da nação, mantinha-se a tradicional exploração semicolonial do Norte e do Nordeste pelo Centro-Sul. O projeto de desenvolvimento industrial autônomo, apoiado em capitais endógenos, encontrava limites intransponíveis na estreiteza da conformação do então mercado interno e da poupança nacional, apesar da forte expansão demográfica – 3% anuais. Getúlio Vargas prosseguiu preservando o latifúndio, sem estender as leis sociais ao campo ou empreender qualquer reforma agrária, mantendo imensas regiões e populações do país em verdadeira economia seminatural. Nos campos

e nos *sertões* do país, os trabalhadores não possuíam direitos trabalhistas e ao voto, se analfabetos.

2.7 Crise de acumulação

O mercado de consumo urbano era limitado. A produção industrial brasileira assentava-se na extração de mais-valia absoluta, praticando salários baixos, em geral próximos ao mínimo necessário para reprodução fisiológica. A baixa capacidade de consumo da população urbana e rural impedia a produção em escala, apoiada na introdução de tecnologias avançadas e, conseqüentemente, na produção de mais-valia relativa. A própria contemporização da ordem burguesa em construção com a estrutura latifundiária do campo contribuiu para seus limites quanto ao mercado interno. A continuidade do processo de industrialização baseado no capital e no mercado nacionais exigia forte expansão dos investimentos e do consumo interno, por meio da destruição do latifúndio, sem indenização, e dos bolsões de economia seminatural; generalização das leis trabalhistas; elevação geral dos salários, com transição da ênfase da mais-valia absoluta à mais-valia relativa; nacionalização do comércio exterior, para captação de recursos; expansão do setor bancário público, para viabilizar o financiamento da produção. O prosseguimento daquela política requeria, por outro lado, crescente participação estatal na economia, no setor industrial e bancário, devido aos limitados capitais nacionais. Exigência imposta pela necessidade da implantação de indústria nacional de bens de produção, realidade que se expressou na redefinição da orientação inicial da Fábrica Nacional de Motores, fundada, durante a II Guerra, para produzir motores de aviões. A revolução tecnológica empreendida no coração do imperialismo tornava obsoleto o parque industrial do Brasil, exigindo investimentos públicos nessa área e pesquisa.

Essas reformas democrático-burguesas redefiniriam a correlação de forças em favor do mundo do trabalho, desequilibrando o pacto de associação subordinada dos proprietários rurais às classes industrialistas nacionais. Destaque-se igualmente que não poucos industrialistas possuíam latifúndios explorados tradicionalmente. Um processo que sequer interessava aos segmentos industriais ligados ao governo, que temiam perder a direção do processo, ou seja, a dissolução tendencial das relações de dominação populistas, por iniciativa dos trabalhadores. O fortalecimento do Estado e do mundo do trabalho era necessário para criar as condições objetivas e subjetivas para a solução estrutural das contradições que sufocavam a formação social brasileira, permitindo que se efetuassem a transição de “economia de mercado”, segundo as exigências das

classes proprietárias hegemônicas, à “economia de consumo”, segundo as necessidades e as classes sociais.

A fragilidade econômica e a pusilanimidade política da burguesia industrial nacional impediam que a última completasse a revolução democrática, imprescindível a um desenvolvimento substancial, equilibrado e autossuficiente da nação. Movimento que exigia forte confronto com o imperialismo. A burguesia entregava a tarefa de emancipação nacional ao proletariado industrial, em aliança com os trabalhadores rurais. Aos trabalhadores cabia a função de dirigir uma revolução democrática que empreendesse igualmente a superação dos desníveis inter-regionais e da literal exploração neocolonial da periferia pelo centro industrial. Processo de concretização da revolução burguesa que os trabalhadores deveriam realizar associado às tarefas socialistas. Nesse contexto geral, nas décadas seguintes, a burguesia *nacional* assumiu crescente posição de subalternidade diante do capital imperialista, ao qual optou por associar-se/submeter-se, apenas lutando para garantir as melhores posições relativas possíveis. Construía-se as bases sociais e políticas para o projeto de dissolução golpista das relações democrático-populistas e sua substituição por relações de coerção direta, necessárias para a refundação do padrão de acumulação e reprodução do capital no Brasil sobre outras bases. Isso porque a via constitucional mostrava-se inviável e insuficiente para a aplicação daquela reorientação.

2.8 O Brasil não vai à Guerra

Vargas governou em contexto internacional inóspito, pressionado pelo governo estadunidense para assinar acordos de colaboração militar e participar da guerra imperialista contra a Coreia (06/1950 - 07/1953), ao qual se negou, terminantemente. Sua política internacional relativamente independente, a orientação nacional-desenvolvimentista e o controle das remessas de capitais levavam a que a oposição liberal e militar interna recebesse o apoio crescente do imperialismo estadunidense. A pressão imperialista aumentou quando, em janeiro de 1953, o republicano Eisenhower assumiu a presidência dos Estados Unidos, o que impulsionou fortemente a chamada Guerra Fria e a exigência de submissão do Brasil.

Em inícios de 1951, Vargas, tentando estender seu apoio, procurou maior proximidade ao operariado urbano, entregando o Ministério do Trabalho ao PTB e recompondo o poder de compra popular, por meio de reajuste de 230,5% do salário mínimo, restrito aos trabalhadores urbanos da indústria e do comércio, e que jamais fora reajustado desde sua decretação em 1943. Dutra sufocara as reivindicações operárias por meio de

dura repressão, que se abatera também sobre o PCB. O nível de reajuste registrava a pressão inflacionária que corroía a economia popular. Em 3 de janeiro de 1952, através de Decreto-Lei, Vargas limitou as remessas de lucros a 8% sobre o capital estrangeiro registrado e investido no país e autorizou a Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito) a aumentar esse limite, caso necessário. Mais tarde, proporia que em “vez de os dólares produzirem cruzeiros, os cruzeiros é que estão produzindo dólares e emigrando” – política inaceitável para o capital internacional. Em março de 1952, o ministro da Guerra Estillac Leal, de orientação nacionalista, foi obrigado a demitir-se, pressionado pelos oficiais de direita e pelas exigências de melhores salários e modernização do Exército. Em maio do mesmo ano, nas eleições para o Clube Militar, a chapa de direita obteve quase o dobro da votação da esquerda nacionalista. (SKIDMORE: 1969, 127-132; BANDEIRA: 1989, 40).

Em 1953, no contexto da degradação do balanço comercial – superávit de US\$ 425 milhões, em 1950; déficit de US\$ 289, em fins de 52 – o governo adotou “sistema de taxas múltiplas de câmbio” para as exportações, importações e movimentação de capitais, o que facilitava as importações estratégicas e equilibrava o balanço comercial. A medida impulsionava os investimentos estrangeiros produtivos. Ela era – como é ainda – duramente criticada pelo imperialismo e pelo grande capital. Os *déficits* comerciais crescentes – US\$ 468 milhões em 1951; um bilhão em junho de 1953 – ensejavam o financiamento dos investimentos através da expansão da massa monetária, motivando inflação e a consequente mobilização operária defensiva, pela recuperação do valor do salário, e forte dissensão das classes médias, não raro, à margem dos reajustes salariais. No RJ a inflação acumulada de 1950 a 1952 chegou aos 42%.

Em junho-agosto de 1953, Vargas executou reforma ministerial, procurando relançar o governo em crise. Apoiou-se novamente no PSD e nomeou Oswaldo Aranha para o Ministério da Fazenda, com a missão de estabilizar a economia. Ortodoxo, o Plano Aranha propunha restrição do crédito, controle cambial, sistema múltiplo de câmbio favorecendo as exportações em detrimento das importações. Procurando estreitar laços com o PTB e com a classe operária, nomeou para ministro do Trabalho o também rio-grandense, de São Borja, João Goulart, então com 35 anos. A nomeação desagradou à direita militar e civil, já que *Jango*, fazendeiro em São Borja, era incondicional de Getúlio Vargas, e não tinha pruridos em trabalhar com as lideranças sindicais comunistas, processo necessário à manutenção do pacto populista e à submissão das classes trabalhadoras ao *industrialismo nacional*.

2.9 As razões do trabalho

Em inícios de 1954, greves operárias, com destaque para o RJ e SP, pressionavam o governo, exigindo reajuste do salário mínimo, com o valor real em queda desde 1953, devido à inflação. Em 22 de janeiro, para defrontar a ofensiva da UDN e do imperialismo, Vargas, através de João Goulart, apresentou proposta de aumento de 100% do salário mínimo, que motivou imediata oposição e críticas duras por parte do empresariado *nacionalista* e dos oficiais das forças armadas. Nas razões da proposta, o jovem ministro sulino: “Não são os salários que elevam o custo de vida; pelo contrário, a alta do custo de vida é que exige salários mais altos”. (SKIDMORE: 1969, 166).

No mesmo dia, 8 de fevereiro, Vargas demitiu seus ministros da Guerra, Ciro Espírito Santo Cardoso, e do Trabalho, procurando reconquistar o apoio das classes médias e dos oficiais militares. No Ministério da Guerra, assumiu general anticomunista; no do Trabalho, burocrata inexpressivo. O empresariado passou a trabalhar com a previsão de aumento do salário mínimo de pouco mais de 40% – ou seja, de redução do valor real do mesmo. As demissões aceleraram a agitação golpista, que, com a saída de Goulart do Ministério do Trabalho, dirigia-se agora diretamente contra o presidente, acusado de privilegiar economicamente seus correligionários; de discutir com a Argentina e com o Chile frente antiestadunidense; de preparar ditadura sindicalista. Destaque-se que, na época, Vargas jamais foi acusado de *socialista* e, muito menos, de comunista!

O boicote do café brasileiro no mercado estadunidense aprofundava as dificuldades do pagamento das contas externas. Porém, durante todo o governo Vargas, a produção industrial de produtos de consumo corrente e de bens de produção prosseguiu crescendo de forma ininterrupta. Com o fracasso de seu deslocamento para a direita, de janeiro-fevereiro de 1954, Vargas iniciou aproximação da esquerda e do operariado. Após superar tentativa de *impeachment* promovida pela UDN, em comício popular em 1º de Maio, elogiou publicamente Goulart e anunciou reajuste do salário mínimo em 93,5%, acrescendo seu valor em 54% ao esperado. Sob a ameaça de greve geral, o Supremo Tribunal Federal declarou a legalidade do aumento, contestado por empresários. O movimento golpista acelerou-se, reforçado pela defecção de segmentos empresariais nacionais, indignados com o reajuste concedido. Vargas prosseguiu despachando com os ministros, sem ensaiar organização dos trabalhadores em sua defesa e da vitória salarial conquistada.

Em 5 de agosto de 1954, na rua Toneleros, no RJ, sicário atirou contra Carlos Lacerda, líder do golpismo, matando um oficial da Aeronáutica que fazia sua proteção. O atentado fortaleceu os golpistas e motivou in-

investigação da polícia e da Aeronáutica que apontou o chefe da guarda pessoal de Vargas como mandante do crime e denunciou uma rede de corrupção construída em torno do presidente. Sacralizado pelo atentado fracassado, Lacerda passou a atacar raivosamente, pela rádio, o governo Vargas, exigindo a deposição do presidente, que permaneceu, negando-se a arregimentar o apoio das classes populares e operárias.

2.9.1 *Burguesia industrialista nacional*

Em 21 de agosto, o vice-presidente Café Filho, golpista, sugeriu a Vargas que ambos renunciassem. No dia seguinte, manifesto militar exigiu o abandono da presidência – era o golpe em marcha. Vargas rejeitou a exigência e declarou que apenas “morto” sairia do palácio. “Estou muito velho para ser desmoralizado e já não tenho razões para temer a morte.” Já pensaria no suicídio como sua saída do impasse que vivia. No dia 23, no Congresso, Café Filho rompeu com o presidente e revelou a proposta rejeitada. No mesmo dia, novo manifesto assinado por 27 generais intimava-o a renunciar. Na madrugada de 24 de agosto, Vargas propôs licença provisória, rejeitada pelos generais, reiterando que apenas morto abandonaria a presidência. Exigia-se, nos fatos, o desmantelamento do pacto populista e inversão de rota no padrão de desenvolvimento do capital no país. Na manhã do mesmo dia, Vargas retirou-se para seus aposentos, onde pôs fim a sua vida, ao disparar tiro contra o peito. Então, tinha 72 anos de idade.

A patética saída na qual Vargas se engolfou – o suicídio – registrava o impasse político em que se encontrava, abandonado pelas classes sociais que expressara, a *burguesia industrialista nacional*, e incapaz de se apoiar na mobilização autônoma das classes trabalhadoras que sempre mantivera na dominação. Mobilizar o operariado, sem o apoio e direção das classes industrialistas, era projeto que via sem futuro e o horrorizava. Era iniciativa contra sua natureza social-burguesa. À população deixou testamento de caráter anti-imperialista, nacionalista e trabalhista, redigido como verdadeiro testamento político. Seus termos consagravam a ideologia popular-paternalista de sentido messiânico: “Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história”. Maior protagonista jamais produzido pelas classes dominantes brasileiras, ao abandonar em um só movimento a política e a vida, Vargas preocupou-se em ferir seus opositores, obtendo derradeira e inegável vitória que se prolongaria por longas décadas.

Visto como ato desesperado, por parte de seus desafetos, e como sacrifício de líder que entregava ao povo sua vida, pelos trabalhadores, o

suicídio de Vargas ensejou multitudinária sublevação popular espontânea que desarticulou parcialmente o golpe civil e militar. Jornais oposicionistas foram queimados. População furiosa assaltou a embaixada estadunidense. Lacerda, seu principal algoz, escondeu-se e abandonou o país. (SKID-MORE: 1988, 26). O PCB mantivera seus ataques a Vargas, até às vésperas do golpe, colocando-se ao lado da direita golpista. Devido à oposição verbal ao governo, a população enfurecida atacou jornais e sedes pecebistas, em Porto Alegre e Belo Horizonte. Tratava-se, porém, de mobilização sem direção. Ela demonstrou a força da população, mas não alcançou objetivos concretos, que não foram propostos.

2.9.2 A Direita no Governo

Em agosto de 1954, os setores golpistas e liberais apoderavam-se do governo, através da posse de Café Filho, eleito vice-presidente da República. O novo governo formou-se com diversos ministros da UDN, cabendo os ministérios militares a destacados golpistas. A direita, derrotada nas urnas, chegava ao governo através de golpe que assumia a forma de transição constitucional. O economista Eugênio Gudín (1886-1986), ex-diretor do FMI, foi nomeado ministro da Fazenda, cabendo a Otávio Gouveia de Bulhões, liberal, a direção da Sumoc, espécie de Banco Central na época. O PTB proibiu seus afiliados de participarem do governo Café Filho. Porém, o *golpe de mão* não conseguiu modificar as correlações de força, condicionando o novo governo. Nas eleições parlamentares de outubro, o PTB e o PSD conquistaram mais algumas cadeiras – 51/56; 112/114 deputados –, em detrimento da UDN, que elegeu 74 deputados, dez a menos que no pleito anterior. A sombra de Getúlio se projetava sobre as eleições.

Mesmo não podendo decretar o fim do monopólio da exploração do petróleo e das taxas múltiplas de câmbio, o novo governo revogou os limites sobre as remessas de lucros e, em inícios de 1955, permitiu que empresas estrangeiras internassem máquinas e equipamentos obsoletos sem cobertura cambial. A política recessiva aconselhada pelo FMI, implementada sobretudo através de contenção do crédito, foi contestada pelo governador de SP, em nome da indústria regional carente de recursos, o que levou à suspensão e ao abandono do governo por Godin, seguido, muito logo, por Bulhões. A dissensão do capital industrial paulista com a nova orientação registrava a impulsão nacional-industrialista.

Apesar das propostas do novo ministro das Finanças, José Maria Whitaker, também inspirado pelo FMI, Café Filho, oprimido pela circunstância econômica, não interrompeu a política de compra governamental em cruzeiros das *commodities*, em geral, e do café, em particular, que

estabelecia, nos fatos, o monopólio das exportações e o controle-orientação público das divisas estrangeiras. Devido a isso, também ele abandonou o governo. Na gestão de Café Filho, reforçou-se o enquadramento da política brasileira ao governo dos Estados Unidos, pactuando-se acordos que inviabilizavam o programa atômico estruturado por Vargas e facilitaram as exportações de minerais estratégicos. Iniciava-se o veto estadunidense ao domínio da arma atômica pelo Brasil, que se transformaria, décadas mais tarde, em preceito constitucional, paradoxalmente sob os aplausos de segmentos que se reivindicam da esquerda. Em 1954, no RJ, a inflação chegou a 26%, caindo para 19% no ano seguinte. Em 1955, o governo liquidou parte de sua dívida de curto prazo com reservas obtidas sobretudo devido ao corte das importações. Sem reestruturação profunda do padrão de produção e realização do capital no Brasil, a própria dinâmica interna da economia nacional impunha limites à reorientação liberal-internacionalista do governo.

3. O GOVERNO JK – ABERTURA AO CAPITAL INTERNACIONAL

Nas eleições de 3 de outubro de 1955, a aliança PSD-PTB apresentou o mineiro Juscelino Kubitschek e o sul-rio-grandense João Goulart como candidatos à presidência e vice-presidência da República. JK era médico e governara Minas Gerais. Seu partido, o PSD, tinha grande força sobretudo no mundo urbano e rural do interior. Mais conhecido como Jango, o trabalhista João Goulart viabilizara, em 1954, o mais importante reajuste concedido ao salário mínimo. Principal herdeiro político de Vargas, apoiado pelo importante eleitorado trabalhista das cidades, era a besta-fera dos militares e civis antigetulistas. Apesar do ódio que despertava, Goulart era um rico proprietário fundiário no Rio Grande do Sul e político reformista muito moderado.

O fato de que a cabeça de chapa coubesse ao PSD circunscrevia a concepção das classes trabalhadoras e populares como elementos dependentes no programa de governo e de desenvolvimento industrial do país. A chapa Juscelino-Jango centrou a campanha na proposta da aceleração da industrialização, através da participação de capitais estatais e privados. JK prometeu revolucionar o Brasil, obtendo “cinquenta anos de progresso em cinco de governo”. JK era totalmente infenso às ideias socialistas, mesmo as mais moderadas. Juarez Távora foi apoiado pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e pela UDN. Prometendo respeitar as conquistas sociais, o que registrava a consciência da força das classes trabalhadoras urbanas, o ex-tenentista reconvertido ao antigetulismo defendia ação fiscalizadora do Estado e a entrega da economia às *forças*

livres do mercado. O paulista e populista Ademar de Barros foi apoiado pelo seu Partido Social Progressista (PSP). Plínio Salgado apresentou-se pelo Partido de Representação Popular (PRP), reconversão católica conservadora da Ação Integralista Brasileira.

Certo da vitória do nacional-desenvolvimentismo, Carlos Lacerda e setores pró-liberais e conservadores passaram a defender, de forma cada vez mais aberta, regime político militar de exceção. Escaldada pelos sucessos de 24 de agosto de 1954, a UDN não se mobilizou por operação golpista que sentia pouco viável e arriscada. Em processo de superação da *retórica revolucionária*, lambendo-se dos golpes recebidos quando da morte de Vargas, a direção do PCB apoiou, sem nada exigir, JK-Jango. O apoio foi defendido pela direção comunista como necessário à luta contra a possibilidade de golpe. (GORENDER: 2014, 26). JK obteve 36% dos votos; Juarez Távora, 30%; Ademar de Barros, 26%; e Plínio Salgado, 8%. Sendo a votação para presidente e vice-presidente independentes, Goulart obteve impressionante votação nacional – 22% *superior* à de JK –, superando a votação de Getúlio. Realidade que sugeria a real possibilidade de vitória de uma chapa trabalhista *pura*, com Goulart candidato à presidência.

Carlos Lacerda e a direita liberal e pró-imperialista, apoiados por oficiais das forças armadas inconsolados com o fracasso de 24 de agosto de 1954, aceleraram a campanha pró-golpista que encontrou a decidida oposição do general Henrique Teixeira Lott (1894-1984), ministro da Guerra de Café Filho que, mesmo tendo apoiado a deposição de Vargas, pronunciou-se pela legalidade. Em 3 de novembro de 1955, em plena crise política, um mês após as eleições, o presidente Café Filho sofreu um ataque cardíaco. Carlos Luz, presidente da Câmara de Deputados, anti-Juscelino-Goulart, assumiu a presidência interinamente. Em 10 de novembro, Carlos Luz negou apoio à repressão da agitação militar anticonstitucional exigida por Teixeira Lott, ministro da Guerra, forçando-o à demissão e substituindo-o por general pró-golpista. No dia seguinte, o general Lott colocou a cidade do Rio de Janeiro sob o controle das forças militares. Com o rápido cerco das instalações navais e aéreas pelo Exército, desorganizou a tentativa de defecção golpista pelos ministros daquelas armas. A nova situação determinou que, acompanhados por seus acólitos, os dois Carlos – Luz e Lacerda – partissem no cruzador Tamandaré, sob o fogo das baterias da costa, para São Paulo, onde pretendiam estabelecer governo golpista *constitucional*.

3.1 Abrindo as portas

Em 11 de novembro de 1955, a câmara de Deputados entronizou Nereu Ramos, presidente do Senado, como presidente substituto. Uma UDN praticamente isolada votou em defesa da ação de Carlos Luz. Ape-

nas superado, o impasse constitucional renasceria inesperadamente. Em 21 de novembro, Café Filho abandonava o hospital e exigia, de volta, a poltrona presidencial da qual se licenciara. Lott repetiu novamente o enredo apenas concluído, reafirmando Nereu Ramos, e desqualificou Café Filho. Assim, pela vontade militar, em 31 de janeiro de 1956, JK e Jango eram empossados presidente e vice-presidente do Brasil. Os dois golpes constituíram intervenção *bonapartista* em defesa da constitucionalidade. Por um lado, reprimiram a ação golpista dos segmentos liberais e pró-imperialista. Por outro, impediram a intervenção dos trabalhadores na desorganização do golpe. O medo da repetição dos sucessos de 24 de agosto de 1954 teria sido elemento determinante da intervenção militar *sui generis*.

De 1956 a 1960, JK tentou superar as contradições do nacional-desenvolvimentismo, que exigiam reformas profundas. Aprofundou a intervenção do Estado como planejador-dinamizador da economia (Plano de Metas); dificultou a importação de bens produzidos no Brasil (Lei de Tarifas); financiou a expansão da produção com a inflação e com empréstimos externos (Brasília); abriu sob controle o país ao capital estrangeiro, em associação com o capital nacional (indústria automobilística). Em 1955, JK propusera, sobre o capital internacional: “Sua atuação é essencial, no sentido de atrair poupanças externas, em forma de capitais estrangeiros, que auxiliem a romper o conhecido círculo vicioso de uma renda baixa que não permite aumentar a capitalização, e uma capitalização que é reduzida devido à renda insuficiente para cobrir os consumos imediatos”. (IANNI: 1965, 57). JK abandonava qualquer proposta de relançamento do processo de produção e reprodução ampliada do capital industrial no Brasil através da produção interna dos recursos necessários para os grandes investimentos. Processo que exigiria, sobretudo, a superação do impasse latifundiário; a estatização do comércio exterior; o controle das remessas de lucros e dividendos; a radicalização do câmbio múltiplo; o desenvolvimento dos bancos estatais, etc.

JK manteve as grandes linhas da política nacional-desenvolvimentista. Serviu-se do BNDE para apoiar o desenvolvimento da indústria básica e de bens de capital. Através do PTB, satisfaz minimamente as reivindicações das classes trabalhadoras e manteve a política de controle governamental do aparelho sindical. Promoveu importante abertura política e econômica do país para o capital mundial. Permitiu a internação, pelo capital externo, *quando associado ao nacional*, de máquinas-equipamentos, em geral anacrônicos, sem cobertura cambial. A vantagem não foi concedida às firmas nacionais. Facilitou-se a remessa de lucros, sobretudo da nova indústria automobilística. Subordinou-se o capital nacional, produtor de

peças, às montadoras, controladas pelo capital internacional. Punha-se fim, para sempre, à iniciativa getulista de implantação, sob a liderança do Estado, de indústria nacional congênere – Fábrica Nacional de Motores. JK vergou-se às exigências estadunidenses, apoiando, no exterior, o salazarismo, e promovendo, no interior, o anticomunismo. Goulart acompanhou a retórica anticomunista, reiterando não se inspirar na *república sindicalista* de Perón.

A estrutura pré-capitalista da agricultura de enormes regiões do Brasil deprimia o consumo e encarecia os gêneros de primeira necessidade e as matérias-primas, limitando a expansão capitalista no país. JK manteve o pacto getulista com o latifúndio. Jamais propôs qualquer iniciativa de reforma agrária e manteve o trabalhador rural à margem da legislação trabalhista. No seu governo, por primeira vez, surgiu um movimento moderno de organização e luta de camponeses e trabalhadores rurais, sobretudo no Rio Grande do Sul e em Pernambuco. À agitação rural no Nordeste, respondeu criando a Sudene, sob inspiração de Celso Furtado. (SKIDMORE: 1969, 201). Inscrito na Constituição de 1891, JK obteve, em 1956, a aprovação pelo Congresso da transferência da capital da República para o Brasil Central. Tratava-se de iniciativa com objetivos materiais e simbólicos.

A construção da nova capital e de sua rede de estradas expandiria a produção e o mercado de trabalho. A nova capital integraria importantes regiões e populações à produção e à circulação de mercadorias. Porém, tratou-se de iniciativa possível de ser feita por caminhos menos onerosos. O arquiteto J. Oscar Niemeyer e o urbanista Lúcio Costa seriam os idealizadores da cidade do futuro, construída como espaço pensado a partir da mobilidade automotiva, com quase ou nenhum espaço destinado às classes populares e trabalhadoras. Entre as empresas que surgiram, se consolidaram e se privilegiaram com a obra faraônica, estavam as empreiteiras Norberto Odebrecht (baiana), Camargo Corrêa (SP), Andrade Gutierrez (MG); Mendes Júnior (MG).

3.2 Crise desenvolvimentista

As iniciativas de JK impulsionaram a acumulação de capitais. “Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80% [...], com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicação (380%) e indústrias de equipamentos e transporte (600%). De 1957 a 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano e, aproximadamente, 4% *per capita*”. (SKIDMORE: 1969, 204). O desenvolvimento da produção deu-se no plano dos bens de consumo e de produção. “De 1955 a 1960, enquanto a

fabricação de bens de consumo cresceu 63%, a produção de máquinas e equipamentos [...] aumentou 370%, o que possibilitaria, nos anos subsequentes, atender a aproximadamente 85% das demandas dos setores de petróleo e derivados, energia elétrica, siderurgia, cimento, papel e celulose”. (BANDEIRA: 1989, 84).

Logo, porém, os óbices que bloqueavam o desenvolvimento nacional-desenvolvimentista se manifestaram: a escassez dos empréstimos internacionais e os limites da capacidade exportadora, do mercado nacional e da poupança interna determinaram que o desenvolvimentismo se apoiasse sobretudo no endividamento nacional e na emissão monetária, com queda da renda e do poder de consumo da população. A aceleração do processo de acumulação de capitais, com o surgimento das grandes empreiteiras, deu-se a partir da expropriação inflacionária dos assalariados e da população. O impulso industrialista, apoiado na inflação, ensejou fortes desequilíbrios na repartição da riqueza nacional, entre as classes proprietárias e os produtores diretos. Ele era alimentado pelo violento confisco *silencioso* da renda popular, propiciado pela inflação, que corroía o valor dos salários. O que obrigava as classes populares a se organizarem e mobilizarem para combate defensivo da renda corroída pela inflação. A inflação desagradava igualmente o capital financeiro e bancário.

Em 1957, o déficit federal alcançava 4% do PIB. No RJ, nos primeiros oito meses de 1958, a inflação era já de 10%. Em outubro de 1958, JK abandonou a tese dos economistas *estruturalistas* do financiamento da expansão produtiva através de inflação anual de até 20%, vergando-se às exigências do FMI de choque recessivo. O FMI condicionava também o apoio ao governo à unificação do câmbio, ao rigor orçamentário, à interrupção dos “investimentos públicos, sobretudo na Petrobras, o que inviabilizaria definitivamente o Programa de Metas, paralisando o esforço de industrialização”, principal proposta do governo JK.

O novo curso liberal foi implementado por Lucas Lopes, na Fazenda; Roberto Campos, no BNDE; Souza Dantas, no controle das políticas monetárias. O corte parcial dos subsídios às importações essenciais fortaleceu a inflação – pão, transporte, etc. Em 1º de janeiro de 1959, concedeu-se reajuste ao funcionalismo público-militar e do salário mínimo que mal cobriam a inflação. A interrupção da política desenvolvimentista fortaleceu a oposição ao governo e a crise no seu interior. Muito logo, o prosseguimento da política de defesa do café e a concessão pelo Banco do Brasil de facilidades de crédito para a indústria debilitaram a orientação recessiva liberal.

3.3 Rompendo com o FMI

Em junho de 1959, JK rompeu com o FMI, levando à demissão de Lopes, Campos e Dantas, voltando tudo como antes. O desenvolvimentismo continuou sendo financiado sobretudo através da emissão monetária, com importantes consequências para os governos posteriores, e acirramento das greves. Não foram propostas e implementadas as reformas estruturais imprescindíveis a um crescimento autossustentado. O governo JK concluiu-se no contexto de forte repatriação dos capitais – remessa de lucros, dividendos, *royalties* –; queda do valor das exportações primárias; desequilíbrio do balanço comercial; crescimento da inflação; retomada das lutas dos trabalhadores da cidade, fortalecidos pela expansão industrial; ocupações de terra no campo, etc. O caminho trilhado por JK mostrou-se igualmente impraticável como padrão de acumulação e reprodução do capital no Brasil.

O governo JK constituiu, ao mesmo tempo, continuação e negação do nacional-desenvolvimentismo. Ele garantiu a continuidade do desenvolvimento da indústria nacional, por um lado, mas financiou essa expansão com maiores inversões estrangeiras, diretas e indiretas, e pela política inflacionista, por outro. As maiores inversões estrangeiras determinaram crescente pressão mundial pela livre *conversão* da moeda nacional e ampla liberdade para a remessa de lucros e dividendos. Desde então, impôs-se a necessidade de que o país exportasse mais e mais, não mais para garantir a aquisição de maquinaria e tecnologia necessárias para o desenvolvimento estrutural, mas para saldar, em moeda forte, o débito público com o exterior e as remessas de capitais e lucros. Aprofundava-se o caráter semicolonial do país, no contexto de sua expansão industrial.

Nos fatos, JK iniciara a dissolução do padrão de acumulação capitalista nacional-desenvolvimentista, instaurado nos anos 1930, através da subjunção crescente da economia nacional ao capital mundial. Esse processo dava-se devido ao impasse interno do desenvolvimentismo *getulista*, ensejado pela não superação de suas contradições profundas, como vimos. O impasse era essencialmente político, e não econômico, pois as medidas necessárias para o avanço do crescimento endógeno da produção no Brasil exigia transformação na correlação de forças que o próprio capital rejeitava, como também proposto. O mundo do capital nacional era incapaz de avançar o projeto de emancipação nacional, e o mundo do trabalho, única força alternativa, não possuía a consciência e a organização necessárias para assumir esse papel histórico.

A nova orientação determinou crescente associação do capital nacional ao mundial, com o conseqüente desinteresse político e econômico da burguesia brasileira em desenvolvimento autônomo associado ao Es-

tado e ao mercado interno. Ela assinalava igualmente o *início* da desnacionalização acelerada da indústria brasileira e da dependência crescente das decisões nacionais a centros exteriores ao país. Ou seja, a superação parcial do caráter semicolonial da sociedade brasileira, impulsionado pelo desenvolvimentismo getulista, com o crescente domínio da economia por classes industrialistas nacionais, conhecia reversão tendencial, com o aumento do peso e do poder do capital mundial sobre a gestão econômica de fato do país. Esse movimento de subjunção nacional ao capital internacional se radicalizaria sobretudo após a chamada “redemocratização” de 1985, com salto de qualidade quando do golpe de 2016.

Os anos JK inseriram-se no contexto da longa expansão do capital industrial nacional e internacional, alimentada sobretudo por superexploração da força de trabalho, que conhecia em geral salários muito próximos ao mínimo necessário para a subsistência – mantinha-se, portanto, o limitado desfrute das riquezas que produzia. Para além das críticas e reparos circunstanciais, as classes burguesas reconheceram sempre em JK um seu presidente pleno, o que jamais aconteceria com o seu vice, João Goulart. De 1947 a 1961, o crescimento médio *per capita* da economia nacional foi de 3% ao ano, superior à média latino-americana. Porém, a distribuição da riqueza dava-se de forma desigual. Apesar de a produtividade industrial ter aumentado 33%, entre 1955 e 1958, o acréscimo real dos salários industriais foi de apenas 18%, e configurou uma “pauperização relativa” da classe operária. Cresceu o número de sindicatos no país, que superou os 1.500 – entretanto, praticamente não existiam organizações sindicais no campo. O crescimento da população brasileira era grande, o que pressionava o mercado de trabalho, impondo queda tendencial relativa dos salários, em relação aos avanços de produtividade. Demonstrava-se que o crescimento da economia não significava melhora geral necessária das condições de existência da população.

4. O GOVERNO JÂNIO QUADROS – LIBERALISMO E GOLPISMO

Em fins de 1959, Jânio Quadros, candidato da UDN, PDC e da comunidade empresarial, venceu as eleições presidenciais, com 48% dos sufrágios. A vitória do ex-prefeito e ex-governador de SP devera-se sobretudo à imagem de batalhador infatigável contra a corrupção e a ineficiência administrativa que construíra entre as classes médias, agoniadas pela inflação e profundamente ressentidas com o novo prestígio e ativismo das classes populares. Durante a campanha, consolidara a imagem de personalidade estranha ao mundo político, apresentando-se em mangas de camisa e despenteado. O *apoliticismo* moralizador do janismo expressava-

se no símbolo – a “vassoura” que varreria a corrupção – e na consigna da campanha que criava expectativa sem nada dizer – “Jânio vem aí!” Para que, precisamente, não se sabia.

Seu projeto político era liberal. Propunha crescimento da economia no contexto de orçamento equilibrado, do controle da inflação, de facilidades ao capital mundial. Apoiava o desmonte da máquina sindicalista trabalhista. Diante da rejeição popular, abandonou a defesa de abertura da exploração do petróleo ao capital estrangeiro e defendeu política externa independente. Jânio propunha superar os entraves estruturais da acumulação capitalista, aprofundados pelo endividamento ensejado por JK, prosseguindo a internacionalização da economia. Anunciava a morte do nacional-desenvolvimentismo apoiado nos capitais nacionais e voltado para o mercado interno.

O marechal Lott, candidato da aliança PSD-PTB, defendera o prosseguimento do desenvolvimentismo, o limite das remessas de lucro, o voto dos analfabetos. Rejeitou o voto comunista, que terminou recebendo, e se opôs ao restabelecimento de relações com a URSS. Sem charme e experiência política, obteve 28% dos votos, pouco acima dos 23% recolhidos por Ademar de Barros. O mesmo eleitorado que elegeu Jânio quase por maioria absoluta, designou Goulart, candidato a vice-presidente da chapa PSD-PTB, como permitia a legislação.

Em janeiro de 1960, o neopresidente empossou ministério apoiado sobretudo na UDN, a quem coube o Ministério da Fazenda. No contexto de denúncia dramatizada da situação econômica deixada por JK, empreendeu o duro plano de estabilização ortodoxa exigido pelo FMI. O cruzeiro foi desvalorizado em 100%, para facilitar as exportações e os investimentos estrangeiros. Liberalizou-se o regime cambial e simplificou-se seu sistema de taxas múltiplas. Reduziram-se os subsídios para as importações essenciais, duplicando-se o preço do pão e da gasolina. Os salários e o crédito à produção foram congelados.

Respondendo à orientação liberal do novo governo, o FMI interrompeu o bloqueio em que mantivera o governo JK, no seu último período, facilitando que a nova administração recebesse dois bilhões de dólares em empréstimos. Porém, Jânio Quadros teve que se defrontar, já no início de seu governo, com fortes greves nacionais, em geral vitoriosas. No cumprimento do prometido combate à ineficiência dos serviços públicos, não empreendeu a reforma necessária de uma administração minada pela insuficiência de recursos, pelos baixos salários, pelo clientelismo, etc. Limitou-se à infinidade de determinações e instruções voluntaristas que celebrizaram os “bilhetes” presidenciais. A luta contra a corrupção ensejou inquéritos, midiaticizados, de poucos resultados, politicamente orienta-

dos contra os partidos derrotados nas eleições (PSD e PTB) e, em particular, contra o vice-presidente João Goulart, consagrado nas eleições presidenciais. Jânio já via no seu substituto eventual um perigoso inimigo a ser abatido. Como prometera durante a campanha, o neopresidente empreendeu política externa autônoma, que procurava equilibrar-se entre três polos: os Estados Unidos, a Europa, o Bloco Soviético.

4.1 *Contraponto político*

A política externa do novo governo propôs o reatamento das relações diplomáticas com a URSS e a China e opôs-se ao bloqueio de Cuba. Posição da política externa que o aproximava do PCB, orientado fortemente pelas necessidades da diplomacia da URSS. A nova orientação internacional constituía tentativa de contrabalançar a orientação liberal da política interna e de não romper totalmente com as forças de esquerda e desenvolvimentistas. O programa interno que Jânio aplicara não fora plebiscitado nas eleições e, sem o apoio da população, entrou logo em crise. A orientação liberal cresceu a oposição dos empresários nacionais, dos trabalhadores e da população. O capital financeiro nacional era fraco e o imperialismo não tinha força decisória no país. Em inícios de agosto, para defender seu governo, tentando corrigir rumos, Jânio afrouxou o crédito e anunciou a Comissão Nacional de Planejamento.

A ofensiva *moralizadora*, orientada contra a oposição, abriu-lhe abismo parlamentar com o PSD e o PTB, à sua *esquerda*. A política externa despertara desconfiança entre os altos oficiais e o governo estadunidense, à sua *direita*. A escassa atenção dada à UDN estremeceu os laços com a base parlamentar de apoio do governo, já desgostosa com a nova abertura ao desenvolvimentismo, mesmo mitigado. Em julho, Lacerda, da UDN, iniciou campanha antijanista, pelos meios de comunicação, com destaque para os radiofônicos, centrada na concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul a Che Guevara. Em 24 de agosto, denunciou convite do ministro da Justiça para participar de golpe presidencialista, de corte *gaullista*, organizado pelo presidente. O que não era uma invenção.

No dia seguinte à denúncia, 25, pela manhã, Jânio Quadros entregou carta de renúncia aos ministros militares, na qual denunciava mobilização contra seu governo de “forças ocultas”, o que exigiria, deixava compreender, para superá-las, um governo com poderes extraordinários. O ato extremado e inesperado tinha objetivos claros. Jânio Quadros esperava retornar à presidência, com poderes semiditatoriais, apoiado nas forças armadas, no bojo de explosão de indignação popular, igual à que acometera o país quando da morte de Vargas. Confundia seu sucesso nas eleições presidenciais com o sólido apoio entre os trabalhadores de

que dispunha Getúlio, quando de seu suicídio. O grande destinatário da carta de renúncia era o ministro da Guerra, Odílio Denys, furibundo anti-getulista, ligado aos estadunidenses. Jânio Quadros confiava que ele vetaria a posse de João Goulart, que se encontrava no exterior, na China comunista, para onde fora enviado em missão pelo presidente. Durante os oito meses de governo, Jânio Quadros mostrara-se um personagem imprevisível, inábil, acometido de períodos de depressão, aprofundados por grandes bebedeiras. A orientação política internacional, a recente abertura ao desenvolvimentismo, os atos tresloucados levavam a que a alta oficialidade e a UDN desconfiassem das suas intenções profundas e capacidades pessoais.

4.2 Sem lenço e sem documento

Às 11 horas da manhã, com a família, Jânio Quadros viajou para SP, onde se encontrou com diversos governadores, no aeroporto de Cubicabas, dos quais recebeu o esperado pedido de reconsideração da renúncia. Não houve, porém, propostas dos mesmos de sustá-lo incondicionalmente. Não era simples compreender aonde o ex-presidente queria chegar. As previsões de Jânio Quadros mostraram-se totalmente infundadas, desvelando sua profunda inabilidade e falta de base política. Tomara a medida sem fazer as consultas que sua ação golpista exigia. Imediatamente, foi deslocado totalmente do centro da crise que criara. Sem demora, os comandantes das forças armadas, após entrarem em acordo, entregaram a carta de Jânio Quadros ao presidente da Câmara, junto ao veto militar à posse do vice-presidente. Abriam um verdadeiro interregno – aceitavam o abandono do presidente da chefia da nação e negavam que seu substituto legal assumisse. A medida registrava também a falta de força do golpismo militar, que não exigia claramente o poder e nem o empalmava, mas se sentia capaz de colocar-se na posição de árbitro das soluções propostas.

Às 15 horas do dia 24 de agosto, a declaração de renúncia era lida diante dos poucos e perplexos parlamentares que se encontravam no Congresso. A generalidade das razões da renúncia assinalava a orientação política indefinida do projeto golpista: “Forças terríveis levantam-se contra mim e intrigam ou difamam, até com a desculpa da colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas e indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio, mesmo, que não manteria a própria paz pública”. Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu a chefia da República. Os três ministros militares mantiveram-se no controle efetivo do poder, ao total arrepiado da Carta Magna. Era o golpe em marcha, com arremedo de respeito à cons-

titucionalidade. Não se sabia, porém, se o golpe assumiria uma face civil ou a carranca militar, se seria curto, médio ou longo prazo.

Em São Paulo, as esperanças de Jânio Quadros se desfaziam como sorvete exposto ao sol de verão. Um manifesto de governadores, entre eles o de SP e o de Minas Gerais, que haviam estado em Cumbicás, defendia a renúncia à renúncia, apenas. O silêncio das ruas punha fim às aspirações golpistas do aventureiro que assaltara a presidência montado em um cabo de vassoura. Nessas horas terríveis, no isolamento pessoal que teve que se impor sobre o que pretendia, ao ver fracassar seu projeto, Jânio Quadros certamente compreendeu que sequer era uma sombra enfumaçada de Getúlio Vargas.

No dia seguinte ao veto à posse do vice-presidente, “por motivo de segurança nacional”, os ministros militares publicaram manifesto em que, entre outras incongruências, acusavam o latifundiário sul-rio-grandense de entregar a “agentes do comunismo internacional” posições-chave nos sindicatos”, de enaltecer “o sucesso das comunas populares chinesas”, de facilitar, se chegasse à presidência, a transformação do exército em “milícias comunistas”. A tentativa de golpe foi apoiada pela UDN e pelos principais porta-vozes do conservadorismo no Brasil: *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, etc. Imediatamente após a renúncia, explodiram manifestações contra o golpe sobretudo no RJ, onde se abateu forte repressão sobre o Partido Comunista. A mais forte resposta ao golpismo viria, porém, do Extremo Sul do país.

5. 1961. A TENTATIVA DO GOLPE – A LEGALIDADE

Os planos do golpismo militar não eram mais consistentes do que o afoito projeto de retorno autoritário de Jânio Quadros, ainda que gozassem de bases de apoio mais sólidas – o imperialismo; o capital bancário e financeiro; a agricultura exportadora; a classe média conservadora. Assim como o desastrado presidente, seus ministros militares terminaram fracassando também fragorosamente. A oposição ao golpe foi geral, por parte do movimento operário, de amplos segmentos das classes médias, de oficiais nacionalistas e da esquerda em geral. As ideias de esquerda e nacionalistas eram também muito fortes entre os cabos e sargentos, sobretudo do exército e da marinha. Um elemento fortuito galvanizaria as forças sociais e políticas contra o golpe, dispersas e sem liderança. A alimentação dialética da junção do singular e do pessoal com o geral e o impessoal determinariam profundamente essas jornadas.

Em resposta ao pronunciamento militar, desde estúdio improvisado nos porões do Palácio Piratini, em Porto Alegre, Leonel Brizola organizou,

a partir da Rádio Guaíba, rede radiofônica – *Cadeia da Legalidade* – que cobriu, primeiro o Sul e, a seguir, grande parte do Brasil, conclamando a população à resistência em defesa da Constituição – armada, se preciso fosse. Incorporado à política no imediato pós-guerra, o jovem engenheiro trabalhista, de origem popular, se apresentaria como um dos mais poderosos oradores da política brasileira no século 20. Em 27 de agosto, o governador sulino fez pronunciamento solene à nação: “O Governo do Estado do Rio Grande do Sul [...]. Cumpre-nos reafirmar nossa inalterável posição ao lado da legalidade constitucional. Não pactuaremos com golpes ou violências contra a ordem constitucional e contra as liberdades públicas. Se o atual regime não satisfaz, em muitos de seus aspectos, desejamos é o seu aprimoramento e não sua supressão [...]”

“Por motivo dos acontecimentos, como se propunha, o Governo deste Estado dirigiu-se a Sua Excelência, o Sr. Vice-Presidente da República, Dr. João Goulart, pedindo seu regresso urgente ao País, o que deverá ocorrer nas próximas horas. O ambiente no Estado é de ordem. O Governo do Estado, atento a esta grave emergência, vem tomando todas as medidas de sua responsabilidade, mantendo-se, inclusive, em permanente contato e entendimento com as autoridades militares federais. O povo gaúcho tem imorredouras tradições de amor à pátria comum e de defesa dos direitos humanos. E seu Governo, instituído pelo voto popular – confiem os rio-grandenses e os nossos irmãos de todo o Brasil – não desmentirá estas tradições e saberá cumprir o seu dever.”

Metralhadoras antiaéreas foram colocadas sobre os edifícios vizinhos ao palácio Piratini e tropas da Brigada entrincheiraram-se nas cercanias, à espera do ataque das forças golpistas do Exército e da Aeronáutica sediadas em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. Mesmo diminuída em seu poder desde o golpe getulista de 1937, a Brigada Militar mantinha ainda seu perfil de força militar. Durante a República Velha, o Rio Grande do Sul fora o único estado a jamais conhecer intervenção federal, devido ao poder de seu exército estadual. Uma facção militar decidida a resistir ao golpe significava o quebre certo do próprio exército. O país perigava lançar-se a sua primeira guerra civil e social nacional.

O alto comando militar golpista mantinha apenas no papel a totalidade de suas tropas. A ordem do comando supremo da Aeronáutica de que caças bombardeassem a sede do governo sul-rio-grandense foi impedida de execução devido ao pronto controle da Base Aérea de Canoas por sargentos e oficiais constitucionalistas e progressistas. O ataque ao palácio por tanques M-3, da II Companhia Mecanizada da Serraria, não prosperou devido à resolução da Brigada Militar e de tropas do Exército de resistirem. Os militares golpistas tinham decisão suficiente para bombar-

dear o Palácio Piratini e o governo civil rio-grandense, mas não para combater, nas ruas de Porto Alegre, forças da Brigada Militar e tropas dissidentes do exército e da aeronáutica, acrescidas por populares. Seriam aplastados. Tratava-se, nos fatos, de um cenário jamais visto no mundo político nacional, até então dominado plenamente pelas classes proprietárias e por seus exércitos. Nos dias seguintes, mais de 30 mil populares arrolaram-se e revólveres foram distribuídos à população. A adesão ao constitucionalismo dos generais Pery Bevilaqua, comandante da III Divisão de Infantaria, de Santa Maria, e Oromar Osório, da I Divisão de Cavalaria, de Santiago, determinaram o pronunciamento do vacilante comandante do III Exército, no dia 28, em favor do respeito à Constituição, fazendo o golpismo retroceder. A *Legalidade* transformou Brizola no virtual candidato popular à presidência da República.

Após passar por Paris, Barcelona, Nova Iorque, Buenos Aires e Montevideú, João Goulart desembarcou em Porto Alegre, no dia 31 de agosto, de onde seguiu para o Rio de Janeiro, em 3 de setembro, para assumir, em 7 de setembro de 1961, o cargo presidencial vacante, restringido nos seus poderes devido à instauração do parlamentarismo pelo Congresso. “Tencionava-se podar as atribuições do novo presidente da República e frear seus presumíveis excessos populistas.” Brizola opôs-se inutilmente à solução parlamentarista aceita por João Goulart. O governador rio-grandense propunha respeito à Constituição e, portanto, novas eleições parlamentares, após a dissolução do Congresso comprometido com o golpismo. A aceitação do acordo parlamentarista impediu o prosseguimento do confronto político e social, precisamente quando o golpismo encontrava-se debilitado, desmoralizado e em retrocesso, devido à crescente mobilização popular e à divisão das forças militares. Nesse momento, João Goulart já tudo fazia para se afastar do cunhado, a quem devia sua posse. Pretendera até mesmo, em sua volta, não parar no Rio Grande do Sul e se entrevistar com Leonel Brizola, governador e estado aos quais devia seu retorno ao país e posse presidencial. Três anos mais tarde, pagaria-se duramente a transigência.

6. CONCLUSÃO

Em 1º de abril de 1964, inicia-se golpe militar, a seguir vitorioso. Sem direção, os trabalhadores e a população não resistiram. Jango fugiu e Brizola não encontrou apoio para a resistência, com o governo do RS nas mãos da direita. A direção do PCB seguira acreditando até o fim na aliança com a “burguesia nacional”, toda ela na trincheira golpista, e nos generais constitucionalistas. Após o golpe, Castelo Branco, pró-imperialista,

venceu a disputa pelo controle do governo, aplicando programa liberal que ensejou forte depressão econômica, alienando a simpatia das classes médias e da própria burguesia industrial, sobretudo paulista, que apoiara a deposição de João Goulart.

Em 1967, no contexto da retomada da resistência estudantil e operária, em 1967, um verdadeiro golpe no golpe interrompeu a política liberal-castelista e impôs padrão desenvolvimentista nacional “de coturno”, em associação com o capital estrangeiro, apoiado em empréstimos internacionais, voltado para o mercado externo. O que permitia aumentar a exploração dos trabalhadores, já que a reprodução do capital se autonomizava do mercado interno, ao ser em grande parte *realizada* no exterior. A conjuntura econômica internacional positiva permitiu o “Milagre Brasileiro” (1969-73).

A crise mundial de meados dos anos 1975 iniciou acelerada corrosão do padrão de desenvolvimento capitalista apoiado em empréstimos e mercado exteriores, sob a retomada das lutas sindicais de jovem classe trabalhadora, fortalecida durante o ciclo expansivo. Em 1985, a “redemocratização do país” se deu sob o controle das classes dominantes e no contexto da vitória histórica da contrarrevolução liberal em fins dos anos 1980 (“Queda do Muro”).

Os governos Collor de Mello (1990-92) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) prosseguiram a ênfase nas exportações e no mercado externo e, sobretudo, empreenderam a liquidação substancial das empresas públicas perseguidas pelo grande capital desde os anos 1945. Nas décadas seguintes, os governos petistas (2003-2016), no geral, perseveraram na ênfase das exportações e do mercado externo e das privatizações. Aceitavam-se as privatizações, a internacionalização da economia, a hegemonia do capital financeiro nacional e internacional. O próprio projeto de um capitalismo autônomo, fortemente ancorado no Estado, voltado para o mercado interno, proposto havia mais de meio século, era agora visto como excrecência.

Entretanto, o muito concedido passava a ser pouco. Em 2016, sob a direção do imperialismo, a Justiça, o alto comando militar e a grande mídia promoveram golpe institucional na procura de reversão “colonial-globalizada” do Estado. Tratava-se de avançar o arrasamento dos direitos sociais e trabalhistas, a fim de transformar o país em “plataforma produtiva” de salários e direitos aviltados; privatização da Petrobras, Banco do Brasil, CEF, Banco Central, etc.; entrega das reservas petrolíferas; destruição de todo capital monopólico nacional, em favor da concorrência estadunidense (montadoras; carne [JBS]; petróleo, etc.).

O assalto arrasador deu-se sem maior resistência, sobretudo devido à enorme desmobilização-desmoralização dos trabalhadores, assalaria-

dos e popular promovida pelo PT nos últimos anos e a própria negativa do petismo de opor resistência a ele, preferindo canalizar o desgosto e a insatisfação popular para as eleições. De modo geral, a grande maioria das demais organizações de esquerda não compreenderam a gravidade da situação atualmente em curso e a radicalização, não raro esperançosas de melhorarem seus escores eleitorais e sindicais com os tropeços do PT. Em última instância, a fragilidade da oposição deveu-se à fragilidade da organização e consciência das classes trabalhadoras atuais.

Ao contrário de 1961, sequer um líder nacionalista, sindicalista, etc. se apresentou, como Leonel Brizola, para chamar a população a enfrentar o golpismo e o imperialismo. A rendição de Lula da Silva, em 7 de abril, sem resistência, em um momento em que trabalhadores começavam a afluir ao Sindicato dos Metalúrgicos para defendê-lo, foi paródia – em negativo – do suicídio de Vargas. Se o ato extremo de Getúlio levou a população a sublevar-se indignada, a submissão de Lula da Silva, proclamando sua confiança na Justiça que promove o golpe, teve consequências desastrosas para o movimento social.

Bibliografia

- ABRAMO, Fúlvio & KAREPOVS, Dainis. *Na contracorrente da história*: documentos da Liga Comunista Internacionalista, 1930-1933. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BANDEIRA, Moniz. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente. 1950-1988*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil. 1961-1964*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Revan - UNB, 2001.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976. 118 p.
- FREITAS, Valter de Almeida. *ANL e PCB: mitos e realidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.
- FONSECA, Pedro C. D. *Vargas: o capitalismo em construção. 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FRANK, Pierre. *Histoire de l'Internationale Communiste. 1919-1943*. Montreuil: La Brèche, 1979. 2 vol.
- GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Tudo é história, 29).
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 6ª ed. São Paulo: Perseu Abramo: Expressão popular, 2014.
- HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *Aliança Nacional Libertadora: ideologia e ação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- IANNI, Octávio. *Estado e capitalismo: Estrutura social e industrialismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. Passo Fundo: UPF Editora, 2010.

MANDEL, Ernest. *Tratado de economia marxista*. México: Ed. Era, 1962.

MORAES, Dênis de. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. Petrópolis: Vozes, 1997.

PRESTES, Anita Leocádia. *Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969. 512 pp.

CADERNOS IJU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 04 *Emani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Edson Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionisio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay* – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de "A Teoria da Classe Ociosa"* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Edson Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadiéu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *"Esta terra tem dono". Disputas de representação sobre o passado missioneiro no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiarajui* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadiéu
- N. 49 *Copêrnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evi-ldio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éilda Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
- N. 53 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 54 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 55 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 56 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 57 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 58 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 59 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 60 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 61 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 62 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Verissimo* – Regina Zilberman
- N. 63 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 64 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 65 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 66 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 67 *Adoecer. Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 68 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 69 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas

- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes*, de Joaquim Pedro de Andrade – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lução Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octávio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de “sindicalismo populista” em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Biotética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Penine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marilene Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Fluxus, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Röber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell’Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patricia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói* – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Pettele
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borja da Silva
- N. 140 *Platão e os Guaraní* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airosso da Motta

- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattege e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou “por que voltar ao México 100 anos depois?”* – Claudia Wassemann
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaikowá e guarani Tê yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *“Passemos para a outra margem”: da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perout Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A “Crise da Legalidade”: vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religião dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como “discurso-limite”)* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solitário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Wernneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Letícia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Ghon
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato

- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelson Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martinez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduard Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxebarria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevilan
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Ituriet Avila e João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Divida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Baraltomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Filardi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo* – Moysés da Fountoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo* – Dora Lilia Marin-Díaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneidson Santos Costa
- N. 250 *ALiberdade Vigida: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi
- N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades?* – Vinicius Nicastro Honesko
- N. 254 *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kokozi Kashindi
- N. 255 *Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles* – Marcelo Castañeda
- N. 256 *Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: o caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira* – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 *Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização* – Altair Sales Barbosa
- N. 258 *O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder* – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 *Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?* – Moysés Pinto Neto
- N. 260 *Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre?* – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 *Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo* – Henrique Costa
- N. 262 *As sociabilidades virtuais globalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibemético do grupo Direitos Urbanos no Recife* – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 *Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira* – Sauro Bellezza
- N. 264 *Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS)* – Stela N. Meneghel
- N. 265 *Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum* – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 *Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos* – Aline Albuquerque
- N. 267 *O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil* – Giuseppe Tosi
- N. 268 *Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia?* – Alana Moraes de Souza
- N. 269 *A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente* – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 *O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna* – Viviane Zaremski Braga
- N. 271 *O que caminhar ensina sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza* – Flavio Williges
- N. 272 *Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana* – Rafael Lopez Villaseñor
- N. 273 *Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira* – Celso Gabatz
- N. 274 *Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo* – Acauam Oliveira
- N. 275 *Tendências econômicas do mundo contemporâneo* – Alessandra Smerli
- N. 276 *Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord* – Atilio Machado Peppe
- N. 277 *O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social* – José Roque Junges
- N. 278 *Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo* – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco
- N. 279 *O mal-estar na cultura medicamentizada* – Luis David Castiel
- N. 280 *Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico). Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia* – Alain Gignac



Mario José Maestri Filho. Possui graduação em Ciências Históricas - Université Catholique de Louvain (1977), mestrado em Ciências Históricas - Université Catholique de Louvain (1977) e doutorado em Ciências Históricas - Université Catholique de Louvain (1980). Atualmente é professor titular da Universidade de Passo Fundo. Tem experiência na área de História, atuando principalmente nos seguintes temas: história do Brasil, história do Rio Grande do Sul, História da Escravidão, história das nações da Bacia do rio da Prata; história do Paraguai.

Algumas Publicações do autor

MAESTRI, Mário. A Nossa África: a Mãe Expoliada. **REVISTA HISTÓRIA & LUTA DE CLASSES**, v. 25, p. 34-47, 2018.

_____. A 150 Anos: A Batalha de Riachuelo: Uma Vitória sem Imediato Seguimento. **O Olho da História**, v. 22, p. 1-17, 2016.

_____. Paraguai: a primeira revolução popular nas Américas. **Estudios históricos** (Rivera), v. 16, p. 1-6, 2016.

_____. Thomas Clarkson: um investigador incansável contra o tráfico negreiro. História: **Debates e Tendências** (Passo Fundo), v. 15, p. 196-2013, 2015.

Outras contribuições

MAESTRI, Mário. É fundamental que a oposição ao governo se transforme em questionamento do Estado. Entrevista publicada por **IHU on-Line**, em 15 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/4210>.

_____. A presença do negro no Rio Grande do Sul ontem e hoje. Entrevista especial publicada por **IHU on-Line**, em 26 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/10958>.

Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração da Yeda Crusius no Rio Grande do Sul. **Cadernos IHU ideias** (UNISINOS). 1-31,2008.

_____. As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história, trivialidade. **Cadernos IHU Ideias** (UNISINOS), v. 2, p. 1-20, 2004.



UNISINOS